

Reflexões sobre o que é ser jovem na América latina: desafios e possibilidades a partir de um lugar pastoral¹

MEDELLIN Vol. XXXVI / N° 144 / Octubre-Diciembre 2010

Felipe da Silva Freitas

23 anos, brasileiro, é bacharel em direito, coordenador da campanha nacional contra a violência e o extermínio de jovens, organizada e promovida pelas Pastorais da Juventude do Brasil, e presidente do Conselho de Juventude do Estado da Bahia. É vinculado ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana onde desenvolve pesquisa sobre políticas públicas, segurança pública, democracia e política criminal.

Este é, sem dúvida, um importante e valioso espaço de interlocução entre gerações e entre as culturas juvenis da nossa Pátria Grande. O III Congresso Latino-Americano de Jovens nos dará pistas sobre como caminharmos com Jesus dando, com isto, vida em abundância para os povos de nosso continente, em especial para aqueles que estão afastados dos seus direitos mais elementares. Trata-se de um desafio cristão que se inspira na atitude inovadora de Jesus e no olhar próprio da juventude e que quer doar, a todo o continente, uma reflexão sobre a revitalização da Pastoral Juvenil Latina.

Ao ser convidado para ajudar nesta reflexão pensei que a minha colaboração deveria se situar na fronteira entre minha trajetória pessoal, como militante da Pastoral da Juventude, nascido numa Comunidade Eclesial de Base que busca viver a fé do seguimento a Jesus Cristo a partir do compromisso com os excluídos e excluídas ao lado dos movimentos sociais, e, por outro lado, algumas contribuições de pesquisas recentes produzidas no Brasil (em língua portuguesa) sobre a condição juvenil em nosso continente. A partir destas duas posições entendo que o grande desafio deste III Congresso é compreender os sonhos, medos e desafios da juventude da nossa Pátria Latina e Caribenha. Em torno disso, gostaria de partilhar duas questões: a) “O que é ‘ser jovem’ na América latina?”; e, b) “Qual seria a agenda da juventude na América Latina?”.

A juventude é uma parcela expressiva da população desta região significando cerca de 40% da sua população, o que representa não só um peso quantitativo no universo demográfico, mas também um importante agente de mudanças, com grande potencial para a aprendizagem de novas tecnologias e inovações, ao lado de profunda sensibilidade às temáticas relativas à transformação social. A população com idade entre 15 e 30 anos nos países que compõem a América Latina e o Caribe nasceu entre 1980 e 1995, ou seja, a população que nasceu entre o fim do período de ditaduras que devastou a região e o ápice do modelo neoliberal, que aprofundou as desigualdades sociais e promoveu grandes transferências dos bens públicos para o controle da iniciativa privada.

A juventude na América Latina e Caribe se identifica pela sua diversidade. São jovens indígenas, negros e brancos. Jovens imigrantes e filhos de segunda e terceira geração de imigrantes oriundos da Europa e da Ásia, situados nos nossos países. Jovens vivendo no campo e na cidade e com opções e vivências profundamente variadas. Tratam-se de realidades diversas seja do ponto de vista geográfico, seja do ponto de vista cultural, que se reflete, por exemplo, nas variações em níveis de escolaridade entre os países, variações entre os índices de emprego e empregabilidade, ao lado de variações quanto a oferta de saúde pública de qualidade etc.

1. Exposição apresentada por ocasião do III Congresso Latino Americano de Jovens, promovido por Conselho Episcopal LatinoAmericano, realizado entre 05 e 10 de setembro de 2010, na Venezuela, na mesa acerca das Iluminações das Ciências Sociais sobre a condição juvenil na América Latina e Caribe. Este texto contou com valiosas discussões feitas com os/as companheiros/as: Solange S. Rodrigues (Iser Assessoria), Wander Torres Costa (Assessoria da PJ da Arquidiocese de Mariana), Raquel Pulita (Comissão Nacional de Assessores(as) da Pastoral da Juventude), Hilário Dick s.j. (UNISINOS), Carmem Lúcia Teixeira (Casa da Juventude Pe. Burnier) e Elis Souza (Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude).

Agradeço a todos/as pelas importantes contribuições e leituras das versões preliminares.

Por outro lado, os países que integram a América Latina são, em maior ou menor grau, afetados pelo avanço do neoliberalismo e pelo fortalecimento das lógicas individualistas e/ou pela diminuição da noção de espaço público.

Problemas como desemprego, precarização das condições de trabalho juvenil, desigualdades étnico-raciais, desigualdade de gênero, a violência letal - expressa de várias formas desde o suicídio juvenil vivido em algumas comunidades tradicionais e em setores médios da juventude até a morte causada por violência física notadamente as mortes por homicídio e as mortes causadas por acidentes de trânsito -, problemas referentes aos níveis de escolarização com destaque para o ensino profissional e para a questão do acesso à universidade, questões relativas à saúde, especialmente ligadas à saúde sexual e as doenças sexualmente transmissíveis e as temáticas relativas à família seja na relação com os pais, seja no que tange à questão dos/as jovens como novos/as chefes de família representam questões importantes em toda a região no que se refere ao tema da condição juvenil latino-americana.

Assim, perguntar sobre o que é ser jovem na América Latina e Caribe é, decididamente, mergulhar num contexto diverso marcado pela idéia de luta por reconhecimento, por identidade e por participação, três elementos centrais na percepção dos jovens da região sobre suas vivências e necessidades.

A idéia de juventude como tempo de reconhecimento, ou, de luta por reconhecimento e de visibilidade é um dos traços marcantes da condição juvenil. A idéia de reivindicar “ser compreendido” e “ser enxergado” pela sociedade aparece com força em várias pesquisas sobre a condição juvenil, assim como a idéia de que a sua percepção como segmento social específico é sempre associada ao produto de uma luta política por reconhecimento e visibilidade.

Falando da minha experiência pessoal como jovem militante acho importante ressaltar, por exemplo, a luta da juventude brasileira pela constituição de políticas específicas para a conquista dos nossos direitos. A constituição de espaços de diálogo e interlocução entre o poder público e a sociedade civil, com destaque para a participação dos/as próprios jovens é uma grande novidade nos últimos dez anos da política no Brasil.

Como resultado deste movimento juvenil de luta por reconhecimento temos, no Brasil, a constituição de grandes novidades como a realização de uma Conferência Nacional para discutir os direitos da juventude, a existência de um Conselho Nacional formado por representantes da sociedade civil e do poder público para acompanhar as políticas dirigidas à juventude e, mais recentemente, o reconhecimento constitucional dos jovens como sujeitos de direitos e da juventude como segmento social específico na elaboração das políticas públicas. Em outras palavras, a luta para ser reconhecido, seja do ponto de vista das relações cotidianas com os outros jovens e com os adultos, seja do ponto de vista da relação com o Estado, marca decisivamente a idéia de condição juvenil na América latina.

Uma segunda questão diz respeito à idéia de luta pela identidade, ou, pelas várias identidades postas em disputa no universo juvenil. A questão do “ser jovem”, associada à idéia de ser identificado em nossa condição juvenil, como sujeito singular portador de direitos e possibilidades é uma constante marca na trajetória dos jovens latino-americanos. A possibilidade de ser tratado em suas especificidades e de ter respeitadas as suas orientações pessoais e coletivas é uma questão importante para a marcação da condição juvenil.

Temáticas como a dos jovens indígenas, das jovens mulheres, da juventude negra, dos/as jovens do campo e da juventude das religiões de matriz africana delinham agrupamentos e formam pautas políticas específicas que interferem nas agendas públicas do segmento juvenil e alcançam conquistas importantes no que tange à tradução da luta por identidade dos segmentos sociais excluídos em termos de políticas públicas.

No caso dos jovens negros e indígenas ou das jovens mulheres, por exemplo, é reiterada a reivindicação de ações estatais na perspectiva de construção de políticas públicas específicas voltadas a estes segmentos juvenis. Decorrente de uma trajetória histórica marcada pelo tráfico de escravos da África e do genocídio dos povos originários, os países da América Latina e Caribenha assentaram a sua economia e suas bases culturais na negação do direito à identidade destes grupos

indígenas e afro-latinos constituindo uma sociedade altamente machista, sexista e racista com sérias desigualdades raciais e de gênero que ensejam políticas de ações afirmativas destinadas para negros, indígenas e mulheres, com destaque para o segmento juvenil em cada um desses grupos.

Mais uma vez, recorrendo a um olhar mais pessoal sobre esta realidade, penso que é importante ressaltar a organização dos grupos juvenis ligados à questão racial como o caso do Fórum Nacional de Juventude Negra do Brasil que articula centenas de entidades de luta anti-racista na perspectiva de, a partir do recorte geracional, denunciar o racismo e lutar por políticas que superem as desigualdades raciais, ou, da ação das jovens feministas organizadas na luta contra a violência doméstica praticada por familiares ou por seus companheiros.

Uma terceira questão diz respeito à luta por participação juvenil, entendida como a expressão dos interesses da juventude nas decisões coletivas e a possibilidade de interlocução nas questões de lide digam respeito. Sobre este assunto a juventude tem reagido seja àquelas questões mais ligadas à esfera dos seus grupos como Igrejas, sindicatos, associações esportivas, ou a participação associada à temática das políticas públicas ou da escolha dos governos.

Em ambas as hipóteses a dimensão da luta por interferência nas decisões coletivas aparece como questões significativas para a formação do universo juvenil latino americano. Os jovens latino-americanos e caribenhos vêem-se cercados pelas práticas autoritárias ainda disseminadas no conjunto das sociedades e pela idéia de democracia ainda como um valor incipiente e pouco arraigado na cultura dos países.

Sobre este assunto é interessante destacar, a título de exemplo, o quanto tem sido significativo para os jovens do universo pastoral a luta por maiores espaços de interlocução com o clero e com os adultos que atuam como agentes de pastoral. Para nós, militantes das Pastorais da Juventude, a possibilidade de diálogos fraternos e constantes com o clero e com os demais agentes da Igreja constitui uma grande reivindicação, parte importante da nossa compreensão do que seja o nosso espaço dentro da evangelização.

É importante destacar que a relação entre jovens e adultos na Igreja – seja entre os adultos do clero ou entre os adultos leigos – é uma relação marcada por tensões, dores e incompreensões. Muitas vezes, os/as jovens são afastados/as dos espaços de decisão na comunidade eclesial, são invisibilizados como segmento específico da evangelização e, sobretudo, são vistos apenas como realizadores de tarefas e não como sujeitos da própria história ou, numa tradução teológica, não se reconhece o jovem como lugar teológico, como afirma o documento sobre Evangelização da Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Em outras palavras, podemos dizer que, assim como em outros espaços, nesta relação entre jovens e adultos na Igreja temos em disputa uma luta por reconhecimento, identidade e participação dos/as jovens doados/as ao serviço pastoral.

Tais temas da luta por reconhecimento, identidade e participação compõem algumas questões que configuram demandas, valores e necessidades do universo juvenil, encetando uma agenda da juventude da América Latina e do Caribe que ajudamos a compreender melhor a questão da condição juvenil, afinal: “Qual seria a agenda da juventude na América Latina e no Caribe?”.

Poderíamos dizer, em outras palavras, que a agenda da juventude passa por três eixos: ser reconhecido como sujeito, podendo ter suas necessidades respeitadas; ser respeitado nas suas várias identidades: jovem negro, as jovens mulheres, as jovens indígenas etc.; participar das questões que lide digam respeito, poder construir as políticas que lide atendam, poder interferir nas decisões sobre as instituições das quais participam e às quais se vinculam etc.

Sobre este tema três textos importantes nos ajudam na reflexão: o recém publicado “Livro das Juventudes Sulamericanas”, resultado do projeto Juventude Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional, editado pelo IBASE; a publicação “Associando-se para construir um futuro”, editada pela Fundação Kellogg e “Carta da Bahia” produzida em maio

de 2010 pelas delegações de jovens e adultos de 29 países das Américas durante a etapa preparatória da Conferência Mundial de Juventude.

A partir das conclusões destes documentos e, sobretudo, a partir da observação e diálogo com as reivindicações da juventude organizada é possível falar em elementos constitutivos de uma agenda da juventude latino-americana e caribenha centrados na luta por:

Políticas e marcos jurídicos que institucionalizem os direitos da juventude como segmento social específico e plural, Combate às desigualdades sociais e a todas as formas de discriminação e preconceito, Acesso à educação formal, ao emprego, a saúde e a cultura; e, Direito a uma vida segura, com redução das mortes de jovens por causas externas.

Tendo em vista os limites desta exposição destacarei a quarta questão refletindo, a luz da minha experiência pessoal como militante da Pastoral da Juventude no Brasil, sobre a questão do direito à vida segura que me parece um dos elementos centrais entre demandas juvenis da nossa região.

O direito à vida, a possibilidade de andar com segurança em sua comunidade, o direito ao tempo livre e às oportunidades de lazer e diversão no espaço público e a vivência de experiências coletivas resguardadas da ameaça da violência física de aparelhos estatais ou de grupos criminosos consiste num grande sonho das juventudes, especialmente das juventudes empobrecidas.

Pensando sobre o caso do Brasil, que seguramente se reproduz em outros países da América Latina e do Caribe, temos dados de violência letal de jovens que se assemelham aos dos países em guerra. Segundo dados oficial publicado no editorial do Le Mond Diplomatique – Brasil do mês de agosto no últimos três anos foram assassinados mais de 140 mil pessoas no Brasil. Uma média de 47 mil pessoas por ano.

Os assassinatos no Brasil obedecem à escala de 25 assassinatos por ano por cada 100 mil pessoas, índice considerado de violência epidêmica. Apenas para termos uma comparação nos três anos mais cruéis da invasão do Iraque (2005 – 2007) foram assassinados 80 mil civis, uma média de 27 mil por ano enquanto no Brasil, repita-se a média é de 47 mil por ano.

Além disso, é importante destacar que além das mortes do armas de fogo tem-se ainda as mortes por acidentes de trânsito. Segundo dados da mesma matéria, foram 33 mil mortos em 2002 e 25 mil em 2004 e 2005, novamente com ampla maioria de vítimas jovens.

Este cenário permitiu aos segmentos juvenis organizados falar em extermínio de jovens ou em genocídio da juventude negra. As fortes expressões designam um índice de mortalidade juvenil por causas externas que se concentra entre jovens negros, com idade entre 15 e 24 anos geralmente oriundos das classes populares e vivendo em situação de pobreza sem acesso a direitos e oportunidades de inserção.

Por outro lado, esse universo da violência contra a juventude é composto não só pelas mortes por causas externas, geralmente associadas à violência física, mas, além disso, pelas modalidades de violência institucional (referindo-se às violências praticadas pelas instituições) e a violência estrutural (referindo-se às violências representadas pela estrutura da própria sociedade – o racismo, a desigualdades social, o machismo etc.) muitas vezes difundidas no tecido social e pouco identificadas em olhares menos atenciosos seja na militância política ou mesmo no universo das pesquisas e investigações sociais.

Ante essa realidade são vultosas as experiências criadas cotidianamente pela juventude na perspectiva de resistir ao avanço da letalidade juvenil, bem como de denunciar as fontes geradoras de violência e propor políticas e ações que combatam a violência e o extermínio de jovens.

Para encerrar, destaco a experiência realizada pelas Pastorais da Juventude do Brasil denominada Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens que me parece uma iniciativa importante dentro do nosso país. Com o slogan “Juventude em Marcha” jovens brasileiros/as das pastorais da juventude tem articulado-se com jovens e adultos de outras organizações para afirmar: “Chega de violência e extermínio de jovens”.

A Campanha é uma resposta da organização juvenil à séria temática da violência baseada na indignação juvenil com a perda precoce dos seus companheiros/as de mesma idade. Inconformados/as com a reprodução de práticas autoritárias por parte das instituições e do próprio estado brasileiro as juventudes tem recriado formas de participação tendo como grande reivindicação a luta pelo direito mais elementar dos direitos humanos: o direito a vida, o direito à vida segura.

O cenário latinoamericano e caribenho para a juventude é um cenário de medos e desafios, contudo, de grandes sonhos e infinitas esperanças. O desafio da Igreja através daqueles/as que apostam na Utopia de caminharem com Jesus é apostar, cada vez mais, numa escuta afetiva e efetiva dos clamores juvenis como bem nos ensina Palavra de Deus: “Entonces les abrió la inteligencia para que comprendieran la Escritura”.

REFERÊNCIAS

BAVA, Silvio Caccia. As muitas violências. *Le Mond Diplomatique Brasil*, Agosto/2010, p. 3.

NOVAES, Regina; RIBEIRO, Eliane (org.). *Livro das Juventudes Sul-americanas*. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A Juventude de hoje: (re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Carta da Bahia*. Maio/2010. Disponível em: www.juventude.gov.br